

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

13.08.2019 (1)

[tr1] Comentário: Revisão Parcial
do Horário 09:38 da Sessão
Ramificação Nova 13.08.2019 - CPI -
Furp

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

13.08.2019 (1)

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a décima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 47, de 2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular, FURP, envolvendo casos de corrupção no contrato para construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e a ausência de planejamento e impactos e judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Agente Federal Danilo Balas, nobre deputada Beth Sahão, deputado Thiago Auricchio, deputado Alex de Madureira, e Edmir Chedid, na Presidência.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Solicitar a V. Exa. a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de V. Exa. Existe sobre a mesa uma justificativa do nobre deputado Cezar, da sua impossibilidade de comparecer à CPI, porque encontra-se em trabalho fora da Casa.

Temos um item na pauta, um requerimento datado de seis de agosto de 2019, da nobre deputada Beth Sahão, o Requerimento 28, requer sejam convocados representantes das empresas Ductor e Uniemp, citadas pelo Sr. Ricardo Luiz Mahfuz, com gerenciadoras do contrato de construção da fábrica de Américo Brasiliense, em seu depoimento à CPI no dia 6 de agosto de 2019.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O item 2 da pauta é: depoimento do Sr. Flávio Vormittag, que se encontra presente. Mas, eu tenho um documento para passar aos senhores deputados.

Vou suspender a sessão por cinco minutos, para que os senhores tomem ciência. Como é um documento enviado pelo Ministério Público, e ele tem segredo de Justiça, vou pedir aos senhores para que a gente se dirija ao plenário, somente os deputados, para que os senhores tomem acesso a esse documento, que é simples, mas pode orientar os Srs. Deputados.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

* * *

- A sessão é suspensa.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Reaberta a presente sessão, o item 2 é proceder à oitiva do Dr. Flávio Francisco Vormittag, ex-superintendente da Fundação Para o Remédio Popular, Furp, já se encontra presente.

Peço ao Dr. Flávio que venha até à mesa, ao lado direito, na mesa, para a oitiva.

Flávio, agradecer a sua presença aqui. E tão logo foi agendado aqui com o senhor. Pelo Regimento da Casa eu tenho que passar à mão de Vossa Senhoria um texto do qual eu faço a leitura agora.

O Sr. Flávio Francisco Vormittag foi convocado para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação Para o Remédio Popular, Furp, envolvendo casos de corrupção no contrato para construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo.

E a ausência de planejamento, impacto da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo. Como testemunha com fundamento no Art. 203, 2018, ambos do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo segundo, Art. 13, da Constituição do Estado de São Paulo, e Art. 3 da Lei Estadual

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

1124, de 10 de abril de 2002, bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicadas à espécie.

Cumpre-nos adverti-lo de que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito dos fatos de seu conhecimento, por incorrer no crime previsto no Art. 4, inciso II, da Lei Federal 1579, de 18 de março de 52.

Então, aqui eu passo às mãos de V. Exa. um termo de compromisso, aonde o senhor vai se qualificar e que foi convocado a comparecer a esta Comissão, conforme eu já fiz a leitura e foi advertido a dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto num artigo, conforme a legislação.

Passo ao senhor para preenchimento e assinatura.

Enquanto o Dr. Flávio Francisco Vormittag preenche o termo, comunicar aos senhores deputados que recebemos do Ministério Público informações sobre a delação premiada, como havia dito, está à disposição dos senhores deputados, corre em segredo de Justiça, há necessidade da assinatura de um termo de responsabilidade, porque qualquer vazamento quanto ao nome de quem, dos delatores, corre sobre segredo de Justiça.

Nós podemos ser penalizados. Dou ciência a Vossas Senhorias, mas está à disposição dos Srs. Deputados.

Obrigado. O Dr. Francisco Flávio Vormittag acaba de assinar o termo. Normalmente, eu conheço o trabalho aqui da CPI, como é o funcionamento. Eu vou abrir a palavra por 10 ou 15 minutos. Pode contar um pouquinho da sua história de vida.

Por favor, em português - eu vi no seu currículo que fala seis línguas - e explicar um pouquinho a sua história e o que o senhor tem a falar sobre a Furp. Após sua explanação, nós vamos abrir os questionamentos que os deputados farão a Vossa Senhoria.

O senhor tem a palavra, por favor. Se o senhor puder falar bem pertinho desse microfone, para que a gente não perca o seu depoimento, até porque o sistema de fones aqui são meio ultrapassados.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Bom dia a todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores presentes, eu... A minha formação, eu sou médico, formado pela USP, com especialização em pediatria, e tenho mestrado em Administração de Empresas, também pela USP, área de Finanças e Marketing. A minha carreira, praticamente, a grande parte dela se desenvolveu na iniciativa privada, na

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

indústria farmacêutica nacional, multinacional e entidades associativas. Fui presidente da Interfarma, fui da diretoria do Sindusfarma, e recentemente, nos últimos sete anos, eu venho militando na área pública. Minha primeira experiência na área pública foi a Superintendência da Furp. Eu assumi em 2012, fiquei até 2015, e após isso eu fui trabalhar na Fundação Butantan, e da Fundação Butantan eu fui cedido ao Ministério da Saúde, onde hoje eu trabalho. Inclusive eu queria agradecer a compreensão do presidente Chedid, pela questão de agenda. Como eu vivo em Brasília, foi um pouco... demorou um pouco para acertar as datas, mas conseguimos fazer, acho que satisfatoriamente. Esses três anos de Furp foram intensos.

Eu estou à disposição para responder a qualquer tipo de questionamento, pergunta, e na medida do meu conhecimento, certamente eu responderei com toda a lisura e a verdade nesses assuntos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado.

Então, temos inscrito aqui já o nobre deputado Danilo Balas, que tem a palavra pelo tempo regimental para fazer os questionamentos ao Sr. Flávio Vormittag. Nós agradecemos a sua presença aqui mais uma vez.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Sr. Flávio, bom dia, seja bem-vindo aqui a esta CPI. O senhor disse que de 2012 a 2015 trabalhou na Furp, e vou perguntando, o senhor vai respondendo uma a uma, não são muitas questões.

Mas desse período, qual cargo que o senhor esteve na Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Então, eu entrei na posição de superintendente e também na posição de gerente-geral. Eram duas posições. Uma delas, que é a Superintendência, é um cargo de comissão do governo do Estado. Não é remunerado, e o cargo de gerente-geral é um cargo remunerado. Então, eu tinha lá as duas posições. E fiquei do início ao fim na mesma posição.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Se durante a gestão do senhor à frente da Superintendência o senhor teve contato e se conhece Ricardo Luiz Mahfuz. Essa é a prima pergunta, e se o Sr. Ricardo já participou de alguma reunião com o senhor lá dentro da Furp.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço. Ele saiu alguns meses antes de eu assumir. Ele, não sei se foi demitido ou se demitiu, mas ele saiu da Furp. No dia que eu assumi a Furp, estava também assumindo outro engenheiro no lugar dele. Então, eu não tive nenhum contato de trabalho com o Sr. Mahfuz.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - O senhor conhece a pessoa de Adivar Aparecido Cristina?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Conheço sim.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - E a relação que o senhor teve durante a Furp com ele, e qual o cargo que ele ocupava.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Ele era gerente-geral da área industrial. Era o diretor da fábrica. É um cargo... ele já... ele era de carreira, ele é um funcionário concursado da Furp, e tocava a área industrial, e também na área dele ficava a área regulatória: registro de produtos, a complementa na Anvisa. E também no momento que nós começamos a fazer as PDPs, que são as parcerias para o desenvolvimento produtivo, é uma figura que foi criada pelo Ministério da Saúde para que os laboratórios públicos conseguissem receber a tecnologia de ponta do laboratório privado. E a União, o Ministério da Saúde usava seu poder de compra para alavancar esse negócio. Então, ele também administrava essa área das PDPs.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - E outro, outra pessoa, o senhor conhece Martinho Wend?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não conheço Martinho Wend. Possivelmente, logo na primeira semana que eu estava, um grupo de pessoas das empresas do consórcio me procurou, eu não lembro se Martinho Wend estava. Eles vieram se justificar para mim que estava entrando. Eles haviam ajuizado uma ação, alguns meses antes, para a cobrança de uma dívida que já havia sido totalmente reconhecida pela Furp, dizendo que queriam continuar mantendo ótimas relações, que estavam à disposição, uma visita mais de cortesia, no sentido de explicar por que tinha uma ação judicial contra a Furp. Eu os recebi, ouvi, eu não conhecia nada do assunto,

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

estava há uma semana ou duas, e foi... talvez, eu não sei, não lembro das pessoas que estavam. Talvez ele estivesse na reunião, mas eu não conhecia.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Durante a superintendência do senhor foi instaurada alguma, alguma investigação para verificar os motivos que levaram a essa demora, essa paralisação que o senhor comentou?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, na minha gestão, não. Isso já havia sido feito em gestões anteriores.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - O senhor foi ouvido alguma vez já pelo Ministério Público de São Paulo, ou em juízo? O senhor já foi depor em juízo alguma vez?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Ou algum representante do senhor, algum advogado compareceu ao Ministério Público ou ao Judiciário?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A função do senhor, hoje, no Ministério da Saúde, o senhor está cedido, né? Qual que é a função hoje?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu sou coordenador-geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. É toda parte de pacientes hemofílicos que precisam de fatores de coagulação, bancos de sangue, hemorede. Toda essa área está na minha área de atuação.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - E a base do senhor fica São Paulo/Brasília?

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Isso. Eu trabalho em Brasília, e venho no fim de semana ficar a família. A família não se mudou, mantenho a família em São Paulo. Eu fico meio nessa ponte aérea.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado Danilo Balas.

Passo agora a palavra à nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Bom dia.

O senhor acabou de responder que o senhor trabalha em Brasília. Quanto tempo faz já que o senhor está lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Dois anos e meio, aproximadamente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - O senhor entrou logo depois de o senhor ter saído da Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, depois que eu saí da Furp eu fui ao Butantan. Fiquei alguns meses lá. O Butantan, eu fui...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Qual cargo o senhor exerceu no Butantan?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Era assessor da diretoria.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Na fundação?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Na Fundação Butantan e tinha... O meu desafio lá era tentar recuperar uma fábrica de hemoderivados, que usa o plasma como matéria-prima para conseguir imunoglobulina etc. A fábrica estava parada, e a minha missão era tentar reerguer aquela fábrica.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - O senhor saberia informar o que gerou a disputa judicial travada entre a Furp e a Camargo Corrêa, que era líder do consórcio responsável pela construção da fábrica em Américo Brasiliense, que gerou um pagamento de 22 milhões de reais ao consórcio? Foi uma paralisação da obra? Estou lhe perguntando. E por qual motivo houve a paralisação da obra. Se o senhor poderia nos explicar quem era o responsável pela emissão das cartas de crédito para aquisição dos equipamentos necessários à continuidade das obras.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O que eu sei foi o que eu li no processo interno. Existe um processo muito volumoso que trata dessa... desse pedido de reequilíbrio do consórcio, não da Camargo Corrêa, mas das empresas. A Camargo Corrêa era a líder do consórcio, em função de uma paralisação...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Quais eram as outras empresas, além da...?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É... Chaim, OAS e Planova. Eram quatro empresas no consórcio.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Quatro empresas.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - E a Camargo era líder do consórcio. Pelo que eu li no processo, houve paralisação da obra anos antes. Não sei se foi 2006, ou 5, alguma coisa assim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Teve um período que o senhor... O senhor chegou a pegar essa paralisação?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, não, não. Eu entrei em 2012. A fábrica já foi inaugurada em 2009.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - 2009.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Então, quando eu entrei em 2012...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Mas o senhor não teve conhecimento nenhum sobre isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Só de ler o processo. Pessoalmente, eu nunca conversei com ninguém sobre isso, mas li bastante o processo, quando veio a decisão judicial de pagamento, e eu fui avaliar todos os documentos que havia dentro do processo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - O pagamento ocorreu na sua gestão, ou não?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Ocorreu na minha gestão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Por determinação judicial?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Determinação judicial.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Então o senhor teve que pagar. Quem pagou esses... Foram, foram 22 milhões mesmo ou foi outro valor?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Foi outro valor.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - O senhor poderia nos informar?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O valor inicial, quando foi ajuizado, era da casa de 15 milhões, se não me engano.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Sim.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Foi ajuizado em 2012, início de 2012. Quando saiu a sentença obrigatória, esse é o valor com as correções, estava... beirando quase 25 milhões, na verdade, com as correções. E aí foi que, por

determinação do Conselho Deliberativo, aliás só uma ressalva, né? Todas essas decisões são do Conselho Deliberativo, o superintendente só executa. O meu limite de assinar...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - O superintendente, desculpe-me interrompê-lo, o superintendente não tem poder, caso haja um exagero, porque esses valores foram fartamente analisados, inclusive por órgãos de imprensa, dizendo que havia um superfaturamento, que esse aditivo era... não correspondia ao que, de fato, estava na obra. Não tem essa possibilidade, quer dizer, o Estatuto da empresa não lhe permite negar esse pagamento, contestá-lo? Há uma... algumas análises que dizem que não houve contestação por parte da Furp para este pagamento, considerado por muitos bastante elevado.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É. O que acontece é o seguinte: quando, lá em 2006, alguma coisa, então chegou o pedido de reequilíbrio por conta da paralisação quase total da obra, não emissão das cartas de crédito, a não importação dos equipamentos, a construtora, o consórcio calculou um valor que ele seria, ele teria direito para reequilibrar as despesas não previstas em contrato. Esse valor foi sendo analisado, principalmente quem era responsável, naquela época, pelo que eu li, era o Instituto Uniemp, que fez as diversas análises, e chegando à conclusão que uma parte daquele valor era devido. Esse valor, dentro do processo inicial, ele passou por diversos escrutínios, tanto dentro da Furp quanto dentro da Secretaria da Saúde.

Então, houve parecer favorável ao pagamento, reconhecimento de dívida, da área jurídica da Furp, da área financeira da Furp e da área técnica da Furp, que fazia acompanhamento. Na Secretaria de Estado da Saúde, houve parecer favorável do setor de engenharia - a Secretaria da Saúde reconhecendo o pleito -, do financeiro da Secretaria da Saúde e do jurídico da Secretaria da Saúde, que é PGE.

Todos esses pareceres, como são da administração pública, eles são públicos. Foram esses pareceres que municiaram o consórcio para falar: “Olha, temos reconhecimentos de dívidas em diversas instâncias, é líquido e certo”. E pedindo o pagamento.

Na verdade, a ação foi uma ação de indenização e pagamento, que, passada pelo Judiciário, eles deram como correta, determinando que a Furp pagasse. Então, esses valores todos foram, sim, criticados, julgados, escrutinados por todas essas áreas, tanto da secretaria quanto da Furp.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Todos os valores para a constituição da Furp vinham direto da secretaria. A Furp era simplesmente a figura jurídica que executava, porque a Furp não tinha orçamento para fazer uma fábrica. Então, era um acordo, a própria secretaria pagava direto, a maior parte das vezes, direto ao consórcio ou triangulava pela Furp. Isso no passado. Quando estive lá, como a fábrica já estava inaugurada havia três anos, não existia mais nenhuma ação de consórcio, nem de nenhuma empresa na área.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O cronograma de investimentos previstos no edital de licitação foi cumprido integralmente pela CMP? Se não foi, qual a razão do não cumprimento, em sua opinião?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Acho que a senhora está falando da PPP de Américo Brasiliense.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Isso. Já mudamos de assunto.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Perfeito. Quando foi elaborado o projeto da PPP, existia realmente um cronograma de investimentos, um cronograma de passar os registros na Anvisa para a Furp, obras de assunção da fábrica quanto à questão de funcionários, fazer a fábrica começar a girar, não é?

Até onde estive lá, que foi 2015, estava sendo cumprido, mas o documento que deu o “start” oficial foi em 2015 mesmo. Então, fazia alguns meses que havia sido dado o “start” para iniciar. Eles tomaram posse, vamos dizer assim, do prédio três ou quatro meses antes de eu sair da Furp.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas foi cumprido o cronograma deles?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Daí para frente eu não sei dizer. Não acompanhei mais.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A licitação que redundou no contrato com a CPM, da PPP, ela ocorreu quando o senhor ainda era presidente?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor era presidente?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor participou da elaboração do edital?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Participei. O edital foi feito a várias mãos, era bastante complexo. Foi a primeira PPP da área de Saúde do país, então havia muito aprendizado. Ele foi feito a diversas mãos, não só a gente, a parte técnica, como um escritório de advocacia externo que era especializado em PPPs, que tinha feito todas as PPPs do Metrô, uma consultoria de economia financeira, a Century, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria da Fazenda e a PGE. Então, tínhamos reuniões periódicas para irmos avançando com essa proposta.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Em sua opinião, Sr. Flávio, qual a razão para o valor dos medicamentos do contrato ser até sete vezes maior que o valor de referência no mercado? O que acontece?

A gente já descobriu aqui algumas coisas no decorrer desta CPI e até agora, sinceramente, não consigo entender porque esse contrato nos parece - e acho que vai ser uma das conclusões a que a CPI vai chegar - tão lesivo aos cofres públicos, por conta de ter como base um valor muito acima do mercado. Como é que se explica isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Olha, a estrutura em que foi montada a PPP foi baseada em diversos critérios, mas a questão do preço foi o seguinte: o grande desafio da PPP era como ela teria uma sustentação justificativa financeira sem que houvesse oneração do estado.

Então, vou falar bastante resumidamente, mas posso depois entrar, mas foi assim: nós procuramos a Secretaria de Estado da Saúde e pedimos a relação de tudo o que eles compravam no mercado, todos os produtos.

O segundo passo: nós filtramos quais produtos, tecnicamente, poderiam ser fabricados na fábrica de PPP. Lá só faziam sólidos e injetáveis. Então, outras formas, já fizemos um primeiro corte.

Chegamos, finalmente, a um número “x” de produtos, que na época eram 96 produtos, pelos quais a Secretaria da Saúde pagava um valor; vamos dizer que fosse 100. Era o que ela gastava. Esses 100, usando o preço médio de venda ao governo, que é o PMVG, que é o preço pelo qual o governo paga as indústrias, dava 47,3% do valor do PMG desta cesta de medicamentos. Alguns produtos eram mais caros, outros eram mais baratos individualmente, mas a cesta - pois a PPP é de uma cesta - era 47,3 por cento.

No edital foi colocado o seguinte: quem der mais desconto do que 47,3% vai ganhar a PPP. O laboratório que entrou deu 49,99% - 50% de desconto -, uma grande “vantajosidade” para a Secretaria da Saúde, que não teria que investir um centavo a mais do que ela já gastava e com todo o pacote acessório. O que eu chamo de pacote acessório? Registro dos produtos na Anvisa, isso sai muito caro. Então, eles iriam ceder todos os registros desses 96 para a Furp.

Segundo: transferência de tecnologia. Para fabricar todos esses medicamentos, há uma tecnologia que precisa ser aprendida. Um exemplo que a gente dá, muito simples: se eu der para duas pessoas uma receita de bolo, todos os ingredientes e o modo de fazer, vão sair dois bolos completamente distintos. Então, tem que haver essa transferência de tecnologia.

O terceiro aspecto era gerenciar a fábrica, pois tem toda a parte de utilidades, que é ar condicionado, líquidos, geradores. Isso tem que estar o tempo todo sendo verificado, validado. A contratação de todos os funcionários para tocar a fábrica. Foram contratados, na época, cento e poucos funcionários.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só pela oportunidade: ficaram funcionários da Furp na CMP?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, nenhum.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Após a efetivação da PPP, não ficou nenhum?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Nenhum. A CPM ofereceu um pacote para quem quisesse migrar para a nova empresa, com aumento de salários, do que eles recebiam, estabilidade de dois anos e algumas outras vantagens, como seguro-

saúde. Aqueles que quisessem migrar, iriam. Mas a grande maioria... Poucos aceitaram, porque eles se fiavam muito mais na estabilidade de ser servidor público do que ir para uma empresa que, dali a dois anos, não saberiam se estariam lá dentro. Então, foram... Acho que não deu cinco; quatro ou cinco migraram para lá.

Eu tinha cerca de 40 e poucos funcionários. Dez nós mantivemos lá dentro de Américo Brasiliense como corpo fiscalizador, porque estavam entrando novas pessoas, nova tecnologia, e para fiscalizar o cumprimento dos itens da PPP. Então, ficou um grupo de 10 funcionários da Furp, e não da CPM, pois eles continuavam na Furp, para fazer essa fiscalização, mas nenhum funcionário público trabalhou para a CPM, em nenhum minuto.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Nenhum?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Em nenhum minuto.

E só mais um último ponto: além dessa contratação e gestão, tinha também a compra de matéria-prima. A compra de matéria-prima pelo estado obedece a Lei nº 8.666, a lei de licitações. Ela trava muito, ela é muito rígida.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Está sendo mudada agora. Espero que mude.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Está sendo mudada. Até pela 8.666, eu, como superintendente, o meu limite de aprovação de valores sem passar no conselho era de oito mil reais. Acima disso, tudo ia para conselho, porque a lei nunca foi atualizada monetariamente.

E um último detalhe, que acho que é importante: a PPP foi uma concessão de serviços com entrega acessória de produtos. Quer dizer o seguinte: todo esse pacote de coisas que eles faziam - gerir, investir, comprar matéria-prima, produzir, pagar funcionários, etc. - era um pacote de serviços, dos quais saíam alguns produtos para serem registrados, serem entregues à Furp. Não havia... Essas aquisições da CPM não eram notas de aquisição de produtos, mas notas de prestação de serviços.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então, mas não daria para separar entre os produtos e os serviços? Os preços dos produtos e os preços dos serviços? Houve uma separação ou não houve a separação?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, não houve a separação. Poderia? Poderia, sempre pode, mas esse é um problema que até hoje... Por exemplo, no nível do Ministério da Saúde, é um complicador. Essas várias parcerias de evento produtivo tem um valor, você não sabe quanto daquilo é transferência de tecnologia, quanto daquilo é o preço efetivo, físico, do produto.

No caso, era serviço, tanto é que a CPM não paga ICMS, não paga nada. Ela paga ISS, Imposto sobre Serviços. Ela é uma prestadora de serviços. Dizer que o produto lá custa dez e na ata custa cinco é comparar alhos com laranjas. São coisas diferentes. Eu tenho um pacote de serviços que dá tantos produtos e custa dez, o pacote.

Antes da PPP, só para uma referência, o custo da fábrica de Américo Brasiliense parada era de 25 milhões de reais por ano, porque tinha que se manter todas as utilidades, água, vapor, tudo funcionando para não perder a certificação de boas práticas de fabricação. Então o custo da fábrica parada custava 25 milhões de reais. Esse preço está incluído nesse pacote de concessão, né?

A compra de matéria-prima, que eu não conseguia fazer porque dava... A Furp era muito inadimplente, então os fornecedores dificilmente compareciam às licitações, compareciam com preços elevados, já contando com a inadimplência, ou pregões desertos. Então a compra de matéria-prima pela Furp era bem complicada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sim, mas o senhor foi presidente da Furp. O senhor tinha conhecimento dos problemas com a execução do contrato com a CPM? O senhor teve conhecimento? Quais as providências que o senhor tomou?

E outra coisa: nós fizemos uma visita, por exemplo, lá na CPM e ouvimos que eles produzem 25% do que eles poderiam produzir. Segundo eles nos informam, o estado não passa, a Secretaria Estadual de Saúde não passa para eles as demandas que poderiam passar, sendo que falta medicamento na ponta. Quer dizer, quantos e quantos municípios têm falta de medicamentos que poderiam estar sendo produzidos, alguns deles, eu não estou dizendo todos os itens, pela CPM?

Também ouvimos aqui do atual presidente da Furp que tem um pagamento que é muito exagerado, de 90 milhões de reais, e que isso está muito acima, porque está com

base em um contrato que foi feito há anos e que não está sendo realizado hoje. Então eu queria que o senhor comentasse essas questões, quer dizer, que PPP é essa, eficiente, se ela está causando hoje, nos parece, por tudo o que a gente já levantou, um prejuízo enorme para o cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Gostaria registrar a presença do nobre deputado Delegado Olim. Devolvo a palavra ao depoente.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Pois não. Bom dia, deputado. O contrato inicial da PPP era um contrato bastante extenso, bastante complexo, mas havia a previsão de válvulas de escape, se eu posso assim dizer. Dentro daquele pacote de 96, estava prevista uma revisão anual para a entrada e saída de produtos que fossem mais modernos, de interesse, etc. e tal. Além dessa revisão anual do pacote, havia a abertura para novos produtos. Se a Secretaria da Saúde tivesse interesse em comprar, colocar como cesta acessória, também vendendo a preços muito mais em conta.

O terceiro fator é o seguinte: no portfólio da Furp, antes da PPP, tínhamos lá 40, 40 e poucos produtos. Todos esses produtos que eram entregues para a Secretaria da Saúde, para esses produtos a Secretaria não fazia ata de registro de preços, a compra era direta. Estranhamente a Secretaria passou a fazer ata de preço de todos os produtos produzidos pela PPP, e aí, como eu falei, ata de produtos de preço para uma entrega pontual custa dez. Um preço que inclui a gestão da fábrica, a contratação de funcionários, transporte, compra de matéria-prima, etc. e tal não pode custar dez.

É a mesma coisa, se eu puder fazer uma comparação mais grosseira, que comparar o custo de um suco de 10 laranjas de alguém que vai ao pé, pega e espreme, e alguém que tenha toda uma produção industrial, com pasteurização, etc. Não pode custar a mesma coisa, existe toda uma agregação de valores dentro da produção industrial. Então, quando foi feita a PPP, houve a assinatura de um convênio entre a Furp e a Secretaria da Saúde, onde a Secretaria da Saúde assumiu o compromisso de adquirir os produtos da cesta, e ela não cumpriu, até onde eu saiba.

Essa alegação de que os produtos eram mais caros ou mais baratos aconteceu de que a Secretaria passou a comprar muito pouco do que era o contratado, né? Na compra a menor e na produção a menor, os senhores sabem que nós perdemos a economia de escala, então começa a haver acumulação de prejuízo. Isso que eu estou falando aconteceu após a minha saída. Pelo que eu soube posteriormente, está havendo

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

dificuldades no pagamento da Secretaria para a CPM. Eu não sei exatamente o que aconteceu, isso foi o que eu ouvi falar.

Então a lógica do contrato da PPP tinha essas salvaguardas de poder trocar o portfólio anualmente, era obrigatório fazer isso, e tinha uma obrigatoriedade, uma obrigação de a Secretaria adquirir os produtos produzidos pela Furp na sua fábrica da CPM, e isso aparentemente não ocorreu dessa forma posteriormente, né?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quer dizer, é uma falha grande, em sua opinião, na própria Secretaria da Saúde, que reduziu as compras desses produtos, é isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Eu entendo que sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas continua repassando os valores como se fossem, como se eles estivessem produzindo, pelo que a gente entende, embora o senhor esteja dizendo que há um atraso no pagamento da Secretaria na sua época. Eu não sei se agora tem.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Na minha época a PPP não chegou a produzir, porque ela assumiu...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Em 2012.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Não, ela assumiu em 2015 a posse da fábrica, e eu saí logo em seguida.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor não chegou a participar dessa produção?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Agora eu tenho que fazer uma pergunta que é meio indiscreta, mas a gente tem que fazer, porque nós estamos em uma CPI. Se por ventura o senhor, nesse processo todo, recebeu alguma oferta de alguma dessas

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

empresas todas que participaram desse edital para poder administrar essa PPP lá em Américo Brasiliense? Alguma vantagem pessoal o senhor porventura recebeu?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Na verdade só uma empresa participou do edital e ganhou.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não teve nenhuma outra? Só uma?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Não, só uma compareceu, só uma, ou seja...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ninguém se inscreveu? Desistiram no meio do caminho, ou só ela...

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Houve várias empresas que sondaram, pegaram o edital, estudaram. Teve uma que até chegou no dia do edital, mas acabou não apresentando a proposta. Então efetivamente só houve a proposta da empresa EMS, que criou uma companhia de propósito específico, que é a CPM, Concessionária Paulista de Medicamentos, mas ela foi a única que apresentou efetivamente uma proposta.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quando tem assim, normalmente, em licitações, quando acontece de ficar uma empresa só na disputa, às vezes tem lugares, sobretudo no setor público, em que as pessoas refazem essa licitação. Elas dão outro prazo para que apareçam novas interessadas, independentemente do tipo de serviço que será feito, se é obra, se é prestação de serviço, enfim, para que apareçam novas interessadas. Vocês chegaram a prorrogar esse prazo para o surgimento de novas interessadas ou não, apareceu a CPM e ficou ali?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - É que na verdade esse processo todo, até chegar ao edital, teve vários processos, várias ocasiões. Teve audiência pública, teve consulta pública. Nós recebemos diversas empresas que vinham pedir mais informações. É que, para um investimento desse porte, tinha que ser empresas de grande

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

porte também. Então não há muitas, e a maior parte das empresas, vamos dizer assim, elas têm já um parque industrial locado.

O parque industrial da Furp em Américo Brasiliense nunca foi, na minha opinião pessoal, o foco de quem iria fazer essa oferta, mas sim a possibilidade de produzir produtos que seriam vendidos através da Furp dentro do sistema público e que poderiam ser comprados sem licitação. Então eles estariam entrando no mercado sem licitação através desse mecanismo da Furp.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Entendi.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Então o que eu digo é o seguinte: as grandes empresas nos procuram antes, tiveram interesse. Muitas falaram “Não tenho, não tenho”. No fim ficaram duas que demonstraram interesse, as duas compareceram. Uma foi a Cristália, que também é grande, e a outra foi a EMS. Na hora do edital, a Cristália não colocou a sua proposta.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Por ora é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputada Beth Sahão. Passo a palavra agora ao nobre deputado Alex de Madureira, que tem o tempo regimental.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Bom dia ao Dr. Flávio, a todos os deputados aqui presentes e ao nosso presidente, deputado Edmir Chedid. Quero agradecer ao senhor, Dr. Flávio, pelo atendimento ao convite desta CPI e por estar nos elucidando aqui vários assuntos diante da sua gestão na Furp de 2012 a 2015. Tenho algumas perguntas só, muito rápidas, de forma bem objetiva.

No tempo em que o senhor esteve à frente da Furp, queria que o senhor fizesse um breve resumo de quais foram as suas ações lá, de uma forma bem tranquila e bem rápida, à frente da Superintendência da Furp.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Pois não. A Furp, quando eu entrei, tinha um portfólio de produtos extremamente defasado. Quando eu entrei, em 2012, o último produto novo lançado tinha 10 anos que tinha sido lançado e era o

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

moderníssimo antibiótico amoxicilina, que tinha mais de 30 anos de mercado. Então era uma situação de estagnação.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Velho conhecido de todo mundo.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITAGG - Exatamente, na nossa infância muitos de nós tomamos. Então havia essa situação, portfólio velho, ela estagnada. Havia as questões da produção de Guarulhos, porque a fábrica e os funcionários da Furp eram concursados com todas as vantagens e desvantagens, mas do ponto de vista administrativo, da gestão, havia a questão de você não poder fazer trocas de funcionários. Esse é um ponto. Segundo, havia uma indústria de atestados médicos na região. Eu tinha 20% de absenteísmo dentro da Furp, que para tocar uma fábrica, é tecnicamente quase impossível.

Para dar uma dimensão disso, nós tínhamos dois grandes prédios fabris, chamados de “Prédio 8”, que era o mais velho, e de “Prédio 25”, que era o mais novo. Cada um tinha o seu gerente da fábrica. Quando chegava de manhã e chegavam os funcionários, conforme o número de funcionários que chegava, eles decidiam qual prédio ia funcionar naquele dia.

Não consegui tocar os dois ao mesmo tempo. Então, bem complicado. E então nós fomos até por orientação na época do secretário, procurar novas alternativas. Uma das primeiras missões que me foi dada era recuperar a história da PPP. Já havia sido tentada uma PPP alguns anos antes, eu acho que em 2008 ou 2009, e não progrediu.

E estava em pleno processo de estudo da PPP naquele momento, mas já estava na fase onde eles estavam querendo encerrar porque não conseguiam achar um modo administrativo para poder andar nisso.

Esse foi o primeiro desafio. E o outro era o seguinte, já estava iniciando há uns dois anos esse procedimento do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE - os produtos de PDP - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo, que como eu falei, ela é boa para o privado, porque em tese ele vai ter certo monopólio.

É boa para o público porque de outra forma ele não conseguiria a transferência de tecnologia de produtos novos e modernos. E para o ministério, para o Estado, que centralizava as compras, era uma garantia de que ele conseguiria um preço negociado previamente.

Basicamente, bem simplesmente, esse é o mecanismo. A Furp não tinha nenhuma PDP assinada, zero, e à época então nós começamos um trabalho junto ao ministro da Saúde e com a ajuda decisiva do governador para sensibilizar para que a Furp pudesse participar desse processo e conseguir algumas PDP. Em 2012, nós tínhamos zero PDP.

Passamos a trabalhar, à época o ministro era paulista, era o Alexandre Padilha, que se sensibilizou com o governador, etc. e passou a considerar a Furp dentro do seu leque de opções. Para resumir, em 2015, a Furp era o laboratório público que tinha o maior número de PDP do Brasil, só atrás da Fiocruz. A Fiocruz é “oconcur”, está dentro do ministério, etc.

Isso de per si elevou o faturamento da Furp de cerca de 150 milhões em 2012, para 420 milhões em 2015. Óbvio que as margens eram muito pequenas no início, porque começa a absorver a tecnologia, as margens são pequenas e ao longo de cinco anos se passa a ter o domínio da tecnologia para fabricar o produto de ponta a ponta e aí você passa a ter 100% dessa venda o pagamento de “royalties”.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Só para completar o raciocínio, nesse período desse aumento do faturamento da Furp, a Furp conseguia se manter? Ela tinha déficit ou ela tinha superávit?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O fluxo de caixa da Furp, a área financeira da Furp, era gerida diretamente pela secretaria. Eles tinham acesso ao nosso caixa através do sistema Siafi, se eu não me engano, e orientação da secretaria e do financeiro da secretária, que, aliás, participava do conselho deliberativo, era que a Furp tinha que ser zerada, zero a zero. Teve lucro, o Estado toma. Teve prejuízo, ele paga.

Só que isso não funcionava exatamente assim até porque não ter lucro condena a empresa à obsolescência e ao decaimento, porque você tem que normalmente ter reinvestimento.

E o prejuízo, quando eles pagavam, geralmente pagavam no dia 31 de dezembro, que já não dava para fazer mais nada. Nós ficávamos inadimplentes quase o ano inteiro e a entrega de matéria-prima eles não entregavam; se vinham fazer uma licitação, punham o preço no espaço.

Muitas delas só vendiam com o pagamento adiantado à vista. Então, o custo dos produtos subia. Na produção muitas vezes faltava o insumo, que são vários que entram,

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

não conseguia produzir. Era uma administração bem complicada em função desse não controle financeiro da própria direção da Furp. Isso vem ao longo de muitos anos.

Eu não sei como é que é hoje, mas então era esse o aspecto. Muitos dos prejuízos à época, se for olhar o balanço, era porque a secretaria não passou o que tinha que repassar. Até porque ela repassava um fixo mensal independente de quanto você entregasse, que também é outra coisa, do ponto de vista administrativo, difícil.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor poderia explicar um pouquinho mais sobre isso, esse repasse sem retorno?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - A Furp, tudo que ela fabricava, era destinado à Secretaria de Saúde do estado, 100%: Programa Dose Certa, etc. Então, se ela entregasse dez, 15 ou 20, tudo o que ela fabricava, ela entregava e a secretaria olhava o nosso caixa e mandava um dinheiro que ela achava que podia aquele mês.

Porque a gente precisa entender também que dentro da administração da Secretaria de Estado, que eles têm diversos hospitais e obrigações, ela sempre com recurso escasso acaba priorizando alguma área que precisa mais em detrimento de outra.

Se aquele medicamento da Furp não chegava, chegava no mês seguinte, porque a gente já entregava o que tinha, então ela ia administrando isso. Basicamente, ela passava um valor “x” fixo mensal. Muitas vezes eu tinha que ir à secretaria pedir para pagar, porque não tinha dinheiro para a folha, por exemplo. Eles também pagavam quando eles podiam.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Vamos só fazer uma colocação aqui. À época que o senhor estava lá, não vamos estender isso para hoje, a venda dos medicamentos, esse recurso ia para a secretaria, óbvio, era ela que vendia os medicamentos.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Ela não vendia. A secretaria recebia e distribuía gratuitamente para o Estado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Certo.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não há venda.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Mas ela não repassava o suficiente para manutenção da Furp em muitos meses.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Exatamente.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Então, nós podemos dizer que a inadimplência da Furp era causada por conta disso, pela falta de repasse da Secretaria do Estado para a Furp.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Pode-se dizer que uma boa parte dessa inadimplência estava aí.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Entendi.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu acho que esse aspecto até foi comentado aqui pelo Dr. Victor Hugo na sua fala.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Foi sim. Eu tenho mais uma pergunta: o senhor disse na sua fala na colocação da deputada Beth que a sua missão era reerguer a Furp, a fábrica. O que o senhor quer dizer com reerguer? O senhor cumpriu essa missão?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - A gente muitas vezes na área privada usa o termo “turn around”, quer dizer, dar uma repaginada, uma revigorada. A situação da Furp, como eu falei, era de produtos antigos, um portfólio defasado de baixo valor agregado.

Por exemplo, produtos que a gente fabricava na Furp acabavam saindo até mais caros que no mercado, tanto que os genéricos quando entraram, se fortaleceram e se estabeleceram, tinham umas políticas muito agressivas de preço no mercado. Tanto é que havia na época duas ou três empresas grandes que disputavam passo a passo e era assim, na base de descontos monstruosos.

A Furp não tinha um produto bom de valor agregado, que se produzisse poderia deixar de comprar no mercado, é custo menor. Nesse sentido foi que a gente começou a

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

desenvolver essa política de incentivar os PDP. Inclusive à época, criaram-se PDP de produtos para a saúde: DIU, marca-passo, grampeador para cirurgia, e a Furp foi o primeiro e único laboratório que fez PDP de produtos para a saúde.

A Furp conseguiu nessa área de Saúde uma projeção enorme e a contrapartida que os interessava era trazer produto novo, tecnologia e recursos, porque no caso do Ministério da Saúde era venda. Ele comprava, ele pagava a venda. Diferentemente do estado de São Paulo, que era fabrica e entrega e o Estado distribui.

Esse foi o aspecto que a gente trabalhou bastante nesses anos e foi bastante bem-sucedido. A outra foi a PPP, quer dizer, o que fazer com Américo Brasiliense, me custando 25 milhões de reais por ano sem produzir nada e na época com 40, 50 funcionários que não faziam nada?

E por que aconteceu isso? Porque quando você cria uma fábrica ou qualquer empreendimento público e você condiciona a contratação a um concurso público - e no caso da Furp tinham que ser funcionários com um preparo técnico, especializados - você não consegue contratar ao nível para montar uma fábrica inteira, até porque os concursos estavam parados na época, não tinha concurso.

A gente estava numa situação sem saída, gastando dinheiro para manter uma fábrica parada sem poder colocar funcionários para poder começar a produzir. Era uma situação bastante desconfortável e de onde que a solução da PPP... O projeto da PPP, quer dizer, ele veio do Palácio, tem que fazer uma PPP, tem que achar uma saída.

Aí, todos os órgãos do Governo do Estado, como eu falei, Planejamento, PGE, Fazenda, a unidade de PPPs da Secretaria da Fazenda, diversos órgãos. Nós também tivemos algumas empresas. Escritório de advocacia, basicamente, é uma consultoria financeira para fazer estruturação econômico-financeira e jurídica. Foi feito isso.

Então isso foi um trabalho a muitas mãos. Foi bastante árduo, muitas reuniões, muitas idas e vindas e se chegou ao modelo pacificado por todos. Inclusive, esse modelo foi objeto de várias publicações e estudos da própria PGE, como um modelo inédito que, praticamente, a gente cobria as possibilidades, como, por exemplo, a mudança do portfólio, a introdução de medicamentos, o PX e KPX, pelo acaso num tempo adequado. Era uma PPP de 15 anos. Ia ser de 20, aí resolveu baixar para 15 porque era a primeira, para saber como iria evoluir.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Na opinião do senhor, a PPP resolveria o problema de Américo Brasiliense?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sem dúvida. Sem dúvida. Se ela seguisse o que foi planejado e contratado, sem dúvida.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Qual foi o motivo da saída do senhor da Superintendência da Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Decisão do secretário. Ele tinha outras pessoas, outra orientação que ele queria dar para a Furp, e pediu o cargo.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Em sua opinião hoje, Dr. Flávio, qual seria a saída hoje para resolver o problema da Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Bom, falando de Américo Brasiliense, tem que se rever a questão do contrato de PPP, adaptar o que hoje se entende que seja mais adequado, revisão dessa cesta de produtos, tirar, colocar. Tem que ser feita uma análise bastante criteriosa e bastante pesada, inclusive na parte econômico-financeira.

Na PPP, havia uma cláusula de reajuste da compra dos medicamentos baseado em inflação, o que hoje, por exemplo, eu faria diferente. Por quê? Porque o mercado mostrou que alguns produtos que são um preço X hoje, com a entrada de outros, de concorrência, esse preço baixa, não sobe.

Então, um critério que contemplasse essa realidade de mercado provavelmente evitaria situações como essas, em que os preços estão muito caros e controlam o mercado. Então eu penso que teria que ter uma reestruturação de vários aspectos, esses que, inclusive, são levantados. Mas, assim, eu não vejo como, por exemplo, a própria Furp reassumir a fábrica de Américo Brasiliense. Os problemas continuam os mesmos: não dá para contratar, não tem tecnologia, não tem produto. A situação em que estava já era muito ruim. Voltar a ela é muito pior do que era.

Em relação a Guarulhos, lá tem um parque industrial que chegou a produzir dois milhões de unidades “farmacotecas” por ano. Na minha época a gente chegava em 1.600, 1.700. Hoje ela deve estar produzindo 600 mil unidades. E aí avaliar por que isso acontece.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Provavelmente porque o portfólio já não atende a necessidade, então também teria que fazer trabalho parecido, de rever portfólio da Furp, rever o papel de Guarulhos, rever as parcerias, porque uma coisa que é interessante, essas parcerias do desenvolvimento produtivo que eu coloquei, a maior parte delas foi cancelada na gestão seguinte, não sei por quê. Isso ou faturamento muito embaixo, da Furp.

E parou com essa transferência de tecnologia de produtos imunossupressores, para transplante renal, para marca-passos, de produtos assim, nobres. Simplesmente foram cancelados esses contratos, não sei por quê.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado, Dr. Flávio. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado Alex de Madureira. Tem a palavra, agora inscrito, pelo prazo regimental, o nobre deputado Thiago Auricchio.

Antes disso, nobre deputado, se me permite, há sobre a mesa um requerimento formulado pelos seis deputados aqui presentes, já mencionados, com o seguinte teor:

Nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho aprovado, a convocação das pessoas abaixo relacionadas, todas ex-dirigentes ou executivos citados em reuniões desta CPI como tendo participado das reuniões sobre a execução e conclusão das obras de construção da fábrica da Furp de Américo Brasiliense, para que prestem informações sobre assuntos afetos a essa questão. As pessoas relacionadas são: Adivar Aparecido Cristina, Ronaldo de Paula Tonini, Martin Wende, José Antônio Passos Mendes, Carlos Henrique Barbosa Lemos, Marco Antônio Peixoto e Emilio Eugênio Auler Neto. Requer ainda que essas oitivas sejam realizadas em caráter reservado ou secreto, à conveniência dos membros desta CPI. São Paulo, três de agosto de 2019.

Dou conhecimento do requerimento e já convoco uma sessão um minuto após o encerramento da presente para apreciação do requerimento.

Devolvo a palavra ao nobre deputado Thiago Auricchio.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas deputados. Sr. Flávio, obrigado pelo comparecimento, por aceitar o convite da gente.

Eu gostaria, presidente, de bater nessa tecla do valor do medicamento, porque é um negócio que eu entendo e que a gente não consegue entender por que até hoje o Estado deu a ordem, como o senhor bem colocou, veio a ordem do Palácio para se executar uma PPP. Logo depois da assinatura do contrato, que o Estado pagaria 50% da tabela CMED, o Estado já tinha no valor de mercado, o Estado conseguiria comprar os mesmos medicamentos por um valor mais barato.

O senhor colocou aqui que na realização desse contrato da PPP tiveram várias consultorias, escritórios de advocacia, o pessoal da Secretaria da Saúde, o pessoal da Furp. Em um ano de contrato, como eu falei, já se encontravam 40 medicamentos dos 96 num valor mais barato. É isso que eu não consigo entender. Tanta gente envolvida, escritório de advocacia, consultoria, pessoal da secretaria, e ninguém conseguiu prever que logo, em um ano, se encontrariam os mesmos medicamentos num valor abaixo que a Furp fornecia para o Estado?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Quando foi realizada a PPP, como expliquei há pouco, foi criada uma cesta de medicamentos. Eram 96 medicamentos. De alguns deles o preço já era acima do mercado. De muitos outros o preço era abaixo do mercado. O que fazia sentido econômico-financeiro era o pacote, porque você fazer produto a produto vai cair nessa situação, então não teria sustentação econômico-financeira para justificar a PPP.

Quando a gente fala, sei lá, que 40 estavam acima do mercado, o preço da EPM, não se fala dos 56 que podiam estar abaixo do mercado. Você olha com viés o que lhe interessa. “Olha, quero mostrar que aquilo dá prejuízo”. Mas e os outros 56? Ninguém fala nada. Não foi avaliado isso.

Como eu falei também, comparar um preço de uma ata de registro de preço com o valor da prestação de serviços é comparar bananas e maçãs. Não é comparável. Então o que teria que ter sido feito, em minha opinião, é que se fizesse uma análise mais analítica, mais correta, levando em consideração os fatores, não apenas o preço da ata.

À hora em que você fala do preço da PPP é até difícil dizer qual é o preço, porque eles entregam um número de medicamentos e cobram o serviço da produção desses medicamentos, em que tudo está incluído, inclusive essa gestão da fábrica, a compra da matéria-prima, a produção, a transferência de tecnologia, dar o registro para a Furp. Tudo isso está no pacote. É por isso que eu digo, comparar esse preço da PPP com o

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

preço de ata não é justo, não é correto. Não é nem que seja justo, não é correto. São parâmetros diferentes.

Também volto a dizer que existia um mecanismo dentro do contrato da PPP para revisão de produtos, entrada e saída de produtos. Era sentar à mesa, “olha, esses quatro eu não quero mais comprar, porque está barato no mercado; eu quero botar esses quatro que estão mais caros”. Isso tem mecanismo, está dentro. Até onde eu saiba, nunca foi feito.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Era 10% da cesta de medicamentos?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Da cesta, mais uma cesta acessória, que aí poderia ser qualquer valor. O que é a cesta acessória? É que está fora dessa cesta obrigatória, que é essa cesta obrigatória que dá sustentação ao contrato. Mas a secretaria poderia falar: “Eu quero esse, esse e esse fora da cesta, mas que vai fabricar metade do preço.”. A CPM tem toda a possibilidade de atender isso.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Só para... Mais uma pergunta aqui, doutor. O senhor lembra qual foi a consultoria que, não sei se foi a Furp ou a Secretaria da Saúde, contratou para fazer esse estudo da PPP?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - A parte econômico-financeira, se eu não me engano, foi a Accenture. O escritório de advocacia eu não lembro o nome, acho que era Madrona, mas a advogada era a Rosane Lohbauer. Era uma especialista em PPPs.

Só um adendo, quando a gente fala em 10% ao ano, você pode ver que em cinco anos você troca metade da cesta se você seguir esse ponto.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Uma notícia publicada no dia 14/08/2013, no jornal “Valor Econômico”, traz uma fala do senhor, quando o senhor era superintendente na época, afirmando que a EMS investiria 130 milhões, sendo que metade desse investimento seria feito no primeiro ano de operação. O Dr. Afonso, que é o superintendente atual, disse que o investimento seria de 63 e que, até o momento, tinham sido investidos 15 milhões. Queria entender, acho que todos nós aqui, qual seria o valor, realmente, de fato, que deveria ser investido.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Olha, eu não me lembro. Existia esse valor; estava em contrato. Estava no contrato da CPM. Ele é público. O que aconteceu, posteriormente, isso eu não tenho conhecimento. Lamento.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - O senhor não sabe por que esse valor não foi investido?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não sei.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Está bom. Estou satisfeito, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado... Hoje não tem perguntas... Questionamento dos deputados e a resposta do depoente... Me inscrevi para falar. Passo a presidência ao nobre deputado Danilo Balas. Estou me inscrevendo para fazer os questionamentos. Não gostaria de fazer como presidente. Passo a Presidência e peço a inscrição.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - É autorizada a inscrição. E já passo a palavra ao nobre deputado Edmir Chedid para proferir as perguntas ao depoente.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado. Agradecer a sua presença, aqui, Dr. Flávio Vormittag. Várias perguntas. Uma incógnita, que a gente está tentando

entender em todo esse processo. A gente vê a sua designação. Preocupação com o que aconteceu com a Furp. Essa (Ininteligível.) que tem a Furp hoje. Conhece muito toda essa área, dedicou sua vida inteira nessa área. E a gente fica, aqui, querendo entender o que aconteceu. Então, algumas perguntas objetivas.

Por que o senhor teve suas contas no Tribunal de Contas rejeitadas? É um dos itens, aqui, da CPI.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Basicamente, pelo que eu estava comentando: que esse balanço da Furp obedecia às entradas da Secretaria. Então, a menor tem prejuízo. A produção cai em alguns momentos porque a gente não conseguiu comprar matéria prima; ou matéria prima a um preço elevadíssimo ou muitos pregões desertos. Então, o absenteísmo imenso da Furp. Eu tinha, como eu te falei, 20% de absenteísmo, que já não permite uma produção total. Mas basicamente os pontos que foram questionados naquela prestação de contas eram em relação ao fluxo de caixa, ao prejuízo anual e ao não atingimento da produção do número de unidades que estava previsto, se não me engano.

Agora, de qualquer forma - desculpa, deputado -, toda essa parte de balanço etc., quem cuidava era minha gerência geral de financeiro. Toda essa parte contábil etc. Houve vários durante a minha gestão. Teve uma Cristiane, depois teve o Damião, depois teve uma Sandra e o último... Não, Moisés foi o meu antecessor na superintendência. O Sr. Moisés Goldbaum.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Aqui diz, dentre a baixa produção, que a liquidez diminuiu muito. Produção de remédios foi diminuída. Constava (Ininteligível.) só 68% (Ininteligível.). E também a quebra de ordem cronológica nos pagamentos. Análise de notas fiscais, constatados vários casos de notas com vencimentos (Ininteligível.). E somente são lançadas com a data de vencimento quando são efetivamente pagas. E, ainda, o Tribunal verifica que essas notas fiscais, que algumas notas fiscais não constam da relação de cronologia, de pagamentos no exercício de 2012. Isso se deve a quê?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não sou especialista nessa área contábil, mas havia, muitas vezes, a inversão da ordem de pagamento, quando você tinha necessidade de uma matéria prima urgente. Ela (Ininteligível.) uma produção.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Então, em algumas situações... Mas todas essas situações foram devidamente justificadas, colocadas, e uma justificativa forte de qual era a situação. Mas foram poucas. Eram necessidades, assim, prementes. A fábrica parada, sem perspectiva, a curto prazo, de conseguir isso. De qualquer forma, era aquela questão de priorizar uma situação crítica em função dessas necessidades.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E como o senhor viu esse parecer do Tribunal de Contas, que julgou irregulares as contas e que determinou uma multa individual que corresponde a 200 Ufesps? Individual. O Sr. Moisés Goldbaum - não sei se essa é a pronúncia correta - e o Sr. Flávio Francisco Vormittag. Duzentas Ufesps é um número bem grande. O senhor pagou essa multa?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não tinha conhecimento.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não tem, ainda, conhecimento nenhum?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor sabe quem exarou o parecer, na época?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não sei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Foi o nobre ex-deputado desta Casa e deputado federal, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, Dimas Eduardo Ramalho. Eu passo às mãos de V. Exa., até para tomar conhecimento, para fazer uso no que for importante ao senhor.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Obrigado.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor esteve na inauguração da fábrica?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Qual fábrica?

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa de Américo Brasiliense.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não; ela foi em 2009. Eu não estava na empresa.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O conselheiro do Tribunal de Contas está na foto da inauguração.

Tenho mais algumas perguntas. O senhor conhece essas pessoas que os nobres deputados acabaram de fazer um requerimento aqui: Adivar Aparecido Cristina?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim, conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ele era o que lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Era gerente industrial.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O que o senhor tem a dizer dele? Tem algo...

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Tenho a dizer dele que ele é um farmacêutico. Ele era um funcionário concursado, com muita experiência na área de produção e que tinha um trabalho bastante bom dentro da Furp.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Ronaldo de Paula Tonini.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Martinho Eber.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu falei no início. Não conheço. Talvez eu tenha estado numa reunião com ele. Mas não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - José Antônio Passos Mendes.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Carlos Henrique Barbosa Lemos.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Marco Antônio Peixoto.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Emilio Eugênio Auler Neto.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Qual era o papel do assessor técnico da Furp, Ricardo Lima, durante a sua superintendência lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O Ricardo era funcionário lá de Américo Brasiliense. Ele era um gerente da fábrica. E, quando nós fomos iniciar o processo para montagem da PPP, nós o deslocamos para São Paulo. Ele também é farmacêutico; conhecia bastante a planta de Américo Brasiliense. Para ajudar na construção...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O Ricardo era farmacêutico?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Ele é farmacêutico. Acho que ele está lá até hoje.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não, ele disse que saiu.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Ah é? Então, não sei.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Parece que saiu... Ah não; o Ricardo Lima era o depoente que vinha na semana passada, e nós não tivemos quórum aqui.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Por que... A gente quer entender um pouquinho isso. Às vezes, nós estamos, aqui, focando bastante no pagamento desse reequilíbrio econômico-financeiro. Mas não é isso. Nós temos, lá, a CPM; há um furo no caixa. A pergunta é a seguinte: se quem realmente administrava financeiramente era a Secretaria... No período em que o senhor foi superintendente lá, o secretário de estado era quem?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Quando eu iniciei, o secretário era o Dr. Giovanni Guido Cerri.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A indicação do senhor foi feita por ele?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Foi ele.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Foi partidária, não?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, eu não tenho nenhum partido. Não sou filiado a partido nenhum. Foi técnica, pela minha experiência em (Ininteligível.)

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E a sua exoneração se deu pelo secretário...

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O secretário seguinte, que é o Dr. David Everson Uip.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E qual o motivo da sua saída de lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Olha, naquele momento, a Furp estava estrangulada, por falta de recursos, a ponto de nós pararmos de pagar os ônibus, o fretamento, o restaurante e o convênio médico. Isso geriu uma grita dos funcionários, via sindicato. Bate no governador; o governador bate no secretário; o secretário resolve trocar o superintendente. Isso é o que eu entendi.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não paga a conta e exonera o superintendente; está resolvido.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não sei se...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mais ou menos como aqui na Assembleia. Quando o líder do Governo acaba o estoque de mentira para os deputados, substitui o líder do Governo. É mais ou menos assim?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não posso dizer que seja isso, mas de qualquer forma é um cargo de confiança.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Confiança.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - O secretário pode, a qualquer momento, trocar. Respeito isso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Respeita, claro. Há uma denúncia, no Ministério Público, em que João Batista, assessor lá da Secretaria... O senhor conhece?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Do tempo do Barradas. João Batista - o senhor não conhece?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Porque há uma denúncia de que João Batista... Para que a Furp assinasse o quinto termo de aditivo, que foi discutido aqui, um assessor do secretário Barradas havia solicitado, em nome do ex-secretário e finado Barradas, dois milhões de reais para assinatura desse quinto termo de aditivo. O senhor ouviu falar disso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Agora, há uma denúncia contra o senhor no Ministério Público. Porque as informações, o senhor disse, algum momento atrás, que o senhor não tinha conhecimento real. Houve um questionamento de deputados aqui, se algum advogado seu teria tido conhecimento dessa delação premiada feita por dois membros da Camargo Corrêa.

O senhor não constituiu advogado, nenhum advogado teve acesso ao documento?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu acho que então eu não me expressei bem, eu não entendi bem. Quando saiu a notícia no jornal “O Estado de São Paulo”, eu solicitei um advogado para saber do que se tratava, e ele fez um requerimento para ter conhecimento. À época, eu vi, porque isso era tudo em segredo de Justiça. Naquele momento havia só alguns pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal. Não tinham postado a delação, então, eu não tenho conhecimento da delação.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - De lá para cá, o senhor não tem mais conhecimento de nada?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não. Não tive mais nenhum acesso a isso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nós temos aqui um organograma - os deputados têm acesso - em que o senhor figura aqui como superintendente da Furp. Ricardo Luiz Mafuz já estava lá quando o senhor entrou, né?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Já tinha saído.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas que ele teria solicitado um milhão e 893 mil reais - assessoria, me ajude, porque eu não entendo muito esse cronograma aqui, esse organograma do Gedec - em seu nome. O grande questionamento que fica aqui... Muitas vezes, a gente sabe que pessoas são envolvidas até para que outras se livrem do processo.

Eu aqui não estou lhe acusando de nada. Até é oportunidade que o senhor tem de clarear a situação daquilo que o senhor conhece, mas tem o seu nome aqui, com um

pedido de recursos de um milhão e 893 mil, e que teria sido pago um milhão de reais pela Camargo Corrêa.

A grande questão é, se a Furp estava endividada - e sempre foi endividada, pelo que a gente têm ouvido aqui, porque vocês são engessados pela gestão da Secretaria de Saúde -, entram com uma ação de reequilíbrio econômico e financeiro. Em primeira instância, a Justiça acata a decisão e determina o pagamento. Um monte de dívida, a ordem cronológica não é cumprida, restos a pagar, como o senhor mesmo diz, fica lá para o dia 31 de dezembro, aí o governo vê o que sobrou no caixa e vê o que faz para tentar acomodar a situação.

Se ela tem várias dívidas lá, principalmente com fornecedores, dois questionamentos. Por que foi pago então isso? Por que não deixou... Por que a Furp não recorreu? Recorre. Não há briga jurídica. Ela não contestou a ação. Por que não contestou a ação? É isso que a gente precisa entender um pouquinho. O que o senhor pode nos informar sobre isso?

Porque isso não é normal na área pública, o senhor sabe disso. Entram com ações... Estão falando em fechar a Dersa aqui, eu estou até fazendo um requerimento aqui. Parece que a Dersa deve três bilhões e meio, e querem extinguir a Dersa, e a dívida ninguém sabe o que vai fazer, e ninguém pagou. Tem coisa ainda da Anchieta, quando foi construída, dívidas lá, e não pagaram. Por que isso aqui resolveram pagar da noite para o dia, sem recorrer? O que o senhor pode nos dizer disso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Perfeitamente. Essa dívida foi contraída muito antes de eu ter entrado. Foram feitas várias gestões administrativas para que a dívida fosse paga. Tanto os órgãos de... O gerenciador da obra, como as áreas jurídica da Furp, financeira da Furp, técnica da Furp, jurídica da Secretaria de Estado da Saúde, financeiro e área de engenharia, todas elas consideraram a dívida legítima. Ou seja, isso é uma confissão de dívida.

Todos esses pareceres estavam de posse do consórcio, até que, quando ele foi entrar com a ação de cobrança, ele colocou. Você fala: “olha, a dívida é líquida e certa, e reconhecida em nível administrativo pela Furp. Tanto é que, quando a juíza leu aquilo, ela deu ganho de causa para eles. Porque nós contestamos não o mérito, porque isso seria litigância de má fé, uma vez que, com todos esses pareceres, de todas essas áreas já na mão da juíza...

Nós contestamos os cálculos, juros, correção monetária e diversos outros aspectos dessa cobrança, e ganhamos todos, reduzindo os valores a serem pagos. Aí você tem uma dívida que já está definida, é uma dívida, que não tem como contestar, de um valor “x”, para pagamento à vista. O conselho deliberativo pediu que eu tentasse negociar condições um pouco mais favoráveis. A primeira proposta que eu enviei foi pagar a dívida, sem nenhuma correção assinada, em cinco anos, 60 meses.

Nas negociações, eles aceitaram pagar em 48 meses, e deram um desconto significativo. Caiu para 18 ou 19 milhões. Aí, a pergunta é: qual é a vantagem? Por que eles pagariam propina para receber em quatro anos, e muito menor, e todas essas tratativas foram discutidas e aprovadas no conselho deliberativo, que é o órgão que tem a caneta. Eles que resolvem, eles que determinam. “Superintendente, faça isso, faça aquilo, aceitamos a negociação, prossiga com o contrato”.

Então, essa... Você está falando, dizendo que alguém pediu propina em meu nome. Eu não controlo o que falam em meu nome, mas eu digo para os senhores que a Furp foi altamente beneficiada por essas negociações, tanto é que a dívida já foi totalmente paga, liquidada, o acordo foi homologado pela Justiça e essa ação já transitou em julgado, está terminada.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Qual é o salário do senhor lá na Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Por volta de 15 mil.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Compensava?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Olha, tinha o pedido do governador. Eu estava, na época, fazendo consultoria, e era um grande desafio, eu nunca tinha trabalhando na área pública, e eu resolvi aceitar.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quem era o governador da época?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Era o Alckmin, Geraldo Alckmin.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Governador Geraldo Alckmin. Qual que era o papel do assessor técnico, Ricardo Lima, lá na Furp, durante a sua superintendência?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Quando nós trouxemos (Ininteligível.) para Guarulhos, ele fica encarregado de fazer a ponte entre nós e Américo Brasiliense, e ajudar na questão do preparo da parte técnica da PPP.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O processo de contratação da construção da fábrica de Américo Brasiliense, o Consórcio Furp II, foi encerrado o contrato? Houve termo de recebimento provisório e definitivo?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Até enquanto eu estava lá, não, porque deviam muitas obras, que não estavam completadas. A gente cobrava, (Ininteligível.) tecnicamente justificando o que faltava, o que o sistema que ainda não tinha sido feito qualificação etc. E eles, até quando eu saí, não tinham terminado, portanto...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o que eles alegavam para não ter terminado?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Porque um equipamento é de uma empresa alemã que foi vendida para outra, e aí precisava de capital de crédito da Furp para ir lá, e várias outras...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essas cartas de crédito não foram emitidas pela Furp por que razão?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu não sei dizer, porque isso foi anterior. Eu não estava lá

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Foi anterior? O senhor não tem conhecimento sobre isso?

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Nós vimos nas atas das reuniões do conselho de administração da Furp que o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro foi pautado e retirado da pauta pelo senhor em várias reuniões antes da aprovação.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Por mim, não. Sempre pelo conselho.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Pelo conselho?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sempre pelo conselho.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E por que essa... Colocava na pauta e retirava. Houve dificuldade para aprovar esse reequilíbrio. O que é que aconteceu?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Esse reequilíbrio estava na pauta do conselho há anos. Né? E havia um grande desconforto do conselho em falar: “vai ou não vai”. Então, tirava da pauta, mandava para a secretaria, ficava um ano lá, voltava. Então, eles iam... Um jogo de empurra, no sentido de “quem sabe quando for fechar eu já não estou mais aqui”. Literalmente falando, foi isso.

Então, houve várias situações dessa, onde o conselho preferia não se posicionar. Pedia mais documentos, mais estudos, ou pedia para a secretaria se pronunciar, e aí ficava seis meses, um ano, para se pronunciar. Então, ficou esse vai e vem por bastante tempo, mais de ano. Alguns anos, aliás.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor falou que deixou a Furp a pedido do secretário David Uip, e o senhor disse que a fábrica acabou não funcionando porque mudou a gestão.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Da PPP?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É, da PPP.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Então, eu não sei. Mudou a gestão, eu não acompanhei o que aconteceu em relação à PPP.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O modelo era bom?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Em minha visão, era. Se ele fosse implementado como foi contratado, eu acho que ele era bom.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor acha que a iniciativa privada teve uma pressão junto ao Governo do Estado para mudar tudo isso e essa fábrica não dar certo?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não tenho informação sobre isso.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas por que o senhor acha que não deu certo? Porque o governo mudou, né? E o que o senhor acha que motivou isso, a Furp produzir menos? A Furp acabou não dando certo. É um modelo... Até o atual vice-governador esteve aqui na Assembleia Legislativa. E ele foi inquirido pelo deputado Agente Federal Danilo Balas: o que eles pretendem fazer da Furp? Pergunto ao presidente da CPI agora, Danilo Balas: qual foi a resposta do Sr. Vice-Governador?

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Ele comentou que não havia resposta, para o governo, da fábrica. Ele não via razões para continuar.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O que o senhor pensa disso, fechar a Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É uma alternativa. Mas acho que há mais necessidade de informações ao atual governo, ter um estudo bem embasado. Se esse estudo realmente chegar à conclusão que ela não é mais viável, acho que é uma decisão de governo extinguir ou passar para a iniciativa privada. Tem algumas alternativas. Mas isso, na minha visão, depende de um estudo aprofundado. Talvez, até com ajuda externa para saber qual é a situação.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor acha que é viável, que é importante? Ou a Furp não é mais importante como ela foi nos seus 50 anos lá atrás?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - A Furp ainda é importante. Ela é o maior laboratório público da América Latina. Ela tem fábrica, tem indústria, tem certificado de boas práticas de fabricação.

Em alguns pontos ela está relativamente obsoleta, mas pode ser recuperada. O modelo, talvez, da fundação pública, talvez possa ser repensado. É muito difícil tocar uma fábrica com funcionários públicos. Você não tem gestão sobre eles. Se ele quer trabalhar, ele vai. Se ele não quer, ele não vai. E nada pode ser feito. Então, do ponto de vista do mundo real, tocar uma fábrica desse modo é temerário. É temerário.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Por isso esse modelo de PPP?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É muito mais interessante.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Uma pergunta. Se tem uma fábrica em Guarulhos, ela podia estar obsoleta em 2000 e alguma coisa, quando resolveram fazer a nova fábrica de Américo Brasiliense. Aí faz uma nova fábrica e as duas não passam de 30% de produção. É falta de gestão, de planejamento?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Acho que é mais complexo. Acho que, nos momentos em que se tomaram essas decisões, a situação do País, na indústria farmacêutica, era uma. E a gente pensar que a Furp de Américo Brasiliense foi projetada no início dos anos 2000, naquele momento a realidade dos genéricos ainda não existia.

Então, como levou muitos anos para chegar ao ponto de fabricar, e não fabricou, as situações de mercado e de preços de medicamento mudaram muito, merecendo uma revisão de modelo. Ela foi feita para grandes volumes de medicamento. E produto de medicamentos que já têm genéricos. Então a concorrência de Américo Brasiliense é a indústria de genéricos brasileira, que é pujante, é muito forte. Então isso acaba trazendo dificuldades com a viabilidade. Teria que fazer uma revisão desse modelo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A empresa que foi formada, a CPM, os sócios dela são de uma grande empresa fabricante de medicamentos. O senhor acha que houve, por parte da área política, uma intenção de beneficiar? O senhor disse que só uma participou. Várias tiraram o edital, deram uma verificada. Porque dizem que essa empresa tem político que está por trás dela, é dono dela. O que o senhor tem conhecimento disso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Nada.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nada. Vou dar uma informação. Consta, da primeira página da sentença, que a Furp foi citada duas vezes e a Furp não apresentou contestação. Só para esclarecer: a Furp ficou revel. A juíza fala em revelia na sentença. O pedido inicial foi de 14 milhões 957 mil. Essa sentença foi no mesmo valor. Quando o senhor fez o acordo para o pagamento após a sentença, fechou o valor em 18 milhões. Onde está a economia?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É que nesse valor original não consta a correção monetária, juros de mora, nem nada. Batiam quase 25. Então esse é o valor original pleiteado lá em 2009 ou 2010.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tinha conhecimento disso, que consta na página da sentença que a Furp não apresentou contestação?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim. Em seguida, a juíza fala que, apesar disso, há elementos mais que suficientes para ela decidir pela ação e pela decisão em favor da empresa.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Por que o senhor acha que... O senhor destaca, no seu currículo - que é um currículo exemplar, uma história de vida bonita de prestação de serviço - que a estruturação e a concretização da PPP celebrada pela Furp para a gestão da fábrica de Brasiliense, essa PPP tem gerado, pelo que nós ouvimos, 56 milhões de prejuízo por ano. Conforme admitiu o atual superintendente da Furp, Afonso Celso de Barros, em depoimento.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O senhor acredita mesmo que isso foi importante para o governo, foi um bom negócio? Lá em 2000 estava começando só genéricos. Em 2005 começa a construção da fábrica. Em 2009 inaugura a fábrica. E a Secretaria, ninguém se preocupou em mudar o que tinha que mudar, atualizar? Como o senhor vê isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Foi um movimento que aconteceu efetivamente dentro da Secretaria da Saúde. Eu não saberia dizer por quê.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quem pode nos responder, então, é o David Uip, essas pessoas?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Como?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quem deve ter essas informações é o Dr. David Uip?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não diria ele, mas os secretários que passaram por lá nesse período. Cada um deve ter a sua explicação, imagino.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa fábrica ficou parada por um tempo, que ocasionou tudo isso. Inclusive, pela falta de registro na produção de remédio. Ninguém pensou nisso antes?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não entendi.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A fábrica ficou paralisada por vários motivos. Uma delas, ouvimos aqui, foi a falta de registro para a produção de remédio.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim. Antes da PPP, ela tinha pouquíssimos registros lá. Um deles era de captopril. E foi o produto que se usou para fazer toda a certificação da fábrica com a Anvisa. Tem toda a parte de certificação fabril, de testes de máquina, qualificação. Então ela produziu um pouco desse captopril, conseguimos todas as certificações.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

Só que essa produção era economicamente pouco interessante. Não conseguíamos aumentar a produção de nada porque não tínhamos funcionários e não podíamos contratar funcionários pela questão da paralisação da realização de concursos. Então não tinha como fazer ela funcionar mais ou melhor.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A decisão que condenou a Furp foi no dia 26 de setembro de 2013. Mais de um ano depois da sua entrada lá na Furp. E o acordo para o pagamento dessa indenização foi aprovado pelo Conselho em 14 de novembro.

Ou seja, é muito rápido. É uma coisa espantosa de ver no poder público, de quem muitas vezes não tem o recurso nem para pagar a matéria prima para produzir remédio. Ou seja, dia 26 de setembro tem a decisão da Justiça. Outubro, novembro: 60 dias depois, no mesmo ano, o Conselho fala “paga, faz o acordo”. Não é muito rápido isso? Não parece ter um interesse de que se resolva a situação rápido com a empreiteira?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Na verdade esse assunto vinha sendo discutido no Conselho há anos. Então não era nada novo. Quando chegou nessa decisão - se o senhor tiver a oportunidade de olhar - houve várias reuniões do Conselho nos meses anteriores, onde esse assunto foi debatido, discutido. E, se a gente tiver a sequência, é uma sequência de entendimentos até que chega à conclusão de fazer negociação. De qualquer forma, decisão judicial, a gente cumpre.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Pode recorrer. Não poderia ter virado precatório lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Na época foi considerado que não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tem parecer disso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, não tem. Não me lembro se foi feito um estudo desse tipo.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Pelo que estamos entendendo aqui, desculpa, financeiramente, a administração financeira, o superintendente da Furp é quase uma rainha da Inglaterra então?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - No aspecto financeiro é.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - No aspecto financeiro é. Entre 2008 e 2015 o senhor foi dono de uma empresa Expert Serviço de Produção e Intermediação Ltda. Que tipo de serviço essa empresa prestava. Vou continuar a pergunta para que não pare aí um ataque ao senhor aí de qualquer forma. Ela recebeu repasses, ou recebe, firmou contratos de empresas que participaram da obra ou do consórcio ou com seus dirigentes?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não. Que tipo de serviço ela fazia? Só para a gente...

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Essa era uma firma que era do meu filho, eu era sócio para ter a firma, e ele fazia produção de, pós-produção de cinema, filmes. Ele é um profissional da área de cinema.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa empresa, o senhor através de assessoria nunca prestou serviço ao grupo EMS?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Nunca.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nunca.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - E a firma foi extinta. Quando o meu filho se mudou para a Inglaterra - já está lá mais de cinco anos - a empresa foi extinta.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E é uma empresa agrícola Mercantil Silveira & Bueno, que tipo de serviço ela realiza? É do senhor isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É da família. Comprada... foi meu pai que comprou coma minha mãe. E a razão social é essa e ela é para exploração agrícola, não é? Temos um terreno no interior de São Paulo, que é arrendado para produção de milho. E foi comprado em 1980.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E nunca teve contratos aí com empresas do consórcio, a fabricação de remédios, ou a CPN ou os seus associados?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Nunca.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nem com a MS?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor nunca prestou serviço à MS?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, nunca.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Estou concluindo aqui Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O senhor conhece a padaria Dona Deôla?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Conheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Já esteve lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Algumas... já.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Houve alguma reunião lá com integrantes da Furp, ou do consórcio, ou representantes da Furp lá como senhor?

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E na Lapa? Isso é na Lapa, não é?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Tem várias por São Paulo, não é?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tem várias. E no mercado Varandas, da ponte da Cidade Jardim, o senhor alguma reunião para tratar disso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Mercado Varanda?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nunca teve nenhuma reunião lá?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas o senhor frequenta.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim. Muitas vezes eu vou lá.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Como é que o senhor vê essa denúncia que envolve o seu nome lá no Ministério Público, uma delação premiada de gente que pagou muita propina por aí? Era um... como é que o senhor enxerga tudo isso ao seu ver?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu desconheço porque que se isso aconteceu, porque que aconteceu e porque que o meu nome está envolvido; não sei dizer.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Eu agradeço as suas informações e dou por encerrados os meus questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A oitiva com a pergunta do deputado Edmir Chedid se encerra. Repasso a Presidência ao nobre deputado Edmir Chedid.

* * *

-Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu pergunto ao depoente se o senhor tem algo que o senhor queira colocar aqui na CPI.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não. Acho que eu respondi tudo que foi perguntado e continuo à disposição para qualquer esclarecimento que eu puder dar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou fazer uma pergunta que não tem nada a ver com a CPI nem com o seu depoimento. Mas o senhor ainda integra lá o governo federal atualmente, não é?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim, como o senhor disse.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Até para que a gente entenda, a distribuição de remédios lá do governo federal tem atrasado muito, principalmente no atual governo, agora. O senhor deve estar preocupado com isso, como todos nós estamos. O senhor vê que há alguma movimentação para regularizar isso?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim. Efetivamente. Esses casos, na minha visão, ocorreram pela questão de mudança de governo. Tinha que iniciar processos antes, que talvez não foram... Então houve um descompasso.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O governo, Ministério da Saúde, criou uma comissão interna de medicamentos com poderes muito fortes para, rapidamente, debelar esse assunto. Inclusive eu fui convocado para participar dessa comissão. Eu participei da comissão interna de medicamentos no sentido de buscar rapidamente resolver, porque o processo de compras do ministério, ele é muito complexo. Ele pode levar sete meses, oito meses. O meu caso, da área de sangue 11. Essa comissão tinha como objetivo reunir as principais diretorias e secretarias para dar mais agilidade. E, praticamente, isso regularizou as entregas federais aos estados.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vai regularizar, o senhor acredita.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Uma boa parte já está regularizada. Eu diria que a maior parte já foi regularizada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado pela sua informação. Todos os deputados aqui estão preocupados com essa falta de medicamentos.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Mais uma perguntinha. O depoente disse várias vezes que caso se o contrato da PPP fosse realizado de uma maneira correta ele teria tido êxito. Qual que é o erro? Quem que errou na execução desse contrato?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Olha, até quando eu saí, em 2015, estava se iniciando, começando a fazer. Depois disso eu não tenho conhecimento o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Surgiu mais uma pergunta aqui, para que a gente não precise trazê-lo de volta aqui, eu aproveito e já faço.

O Adivar o senhor disse que conhece, não é?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Conheço, sim.

Serviço Técnico de Registro e Revisão Taquigráfica

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele trabalhou... ele fazia o que lá na Furp?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Era o gerente geral da área industrial.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor é quem o nomeou.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não, não. Ele já estava lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Já estava lá. E o senhor já conhecia ele há muito tempo?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não; conheci lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Consta uma informação aqui no processo da Dipo...

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - É o quê? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A Dipo é o Departamento de Investigação de Processo Criminal. Todos esses documentos estão disponíveis aqui. Se o senhor depois solicitar, fique à vontade.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Diz aqui que Flávio Francisco Vormittag... é o senhor.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem uma sociedade, tem uma empresa, Porto Fino Empreendimentos Imobiliários. O senhor é dono dessa empresa?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Eu... ela foi fechada já. Ela foi criada há uns 20 anos atrás, comigo e com o meu filho, que ela tinha como objetivo administração de imóveis próprios.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então o senhor se retirou dessa empresa em 2017?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Em 2017. Ela nunca teve movimentação. Ela nunca atuou.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem aqui nos documentos que o senhor saiu mas entrou o Adivar Aparecido Cristina nessa empresa.

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Adivar e Damião Amaral. Eram duas pessoas. Eu saí da empresa, precisei sair por conta do meu cargo no Ministério da Saúde. Como eu era 99% isso era incompatível. Era mais fácil trocar a sociedade do que fechar pelo tempo. E nessa época, quando saímos da Furp, nós tínhamos ideia de começar a fazer um negócio na área de distribuição de medicamentos. E não aconteceu. Eu fui para o Ministério da Saúde e cada um tomou o seu rumo. A empresa nunca funcionou. Mas a ideia era essa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E por isso que o Adivar Aparecido Cristina foi admitido na sociedade?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Foi.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tudo bem. Vou perguntar. Ele era um testa de ferro do senhor?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Como?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele era um testa de ferro da sua empresa?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Não. Meu filho continua na empresa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O seu filho continua lá. E ele foi escolhido pelo conhecimento dele?

O SR. FLÁVIO FRANCISCO VORMITTAG - Pelo conhecimento industrial, do mercado farmacêutico.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero, mais uma vez, agradecer a sua presença aqui. Antes de dar por encerrada a presente sessão, requeiro aos senhores deputados uma reunião extraordinária logo após o encerramento da presente, um minuto após o encerramento da presente, já que temos quórum aqui. Com base no plano de trabalho existe mais um requerimento da nobre deputada Beth Sahão, que é a convocação dos membros do Conselho Deliberativo da Furp, no período que compreende a contratação da construção da fábrica de Américo Brasiliense até o encerramento do contrato cujos nomes e ordem das oitivas será definido à conveniência da CPI. Então, eu também adito à pauta, na próxima reunião extraordinária, o Requerimento nº 29, assinado por todos os deputados que convocam sete pessoas de número 29, que eu já fiz a leitura, e agora o Requerimento de número 30 da nobre deputada.

Nada mais havendo a tratar dou por encerrada a presente sessão, convocando os senhores para que daqui a um minuto, a sessão extraordinária para a apreciação dos dois requerimentos.

* * *

- Está encerrada a reunião.

* * *